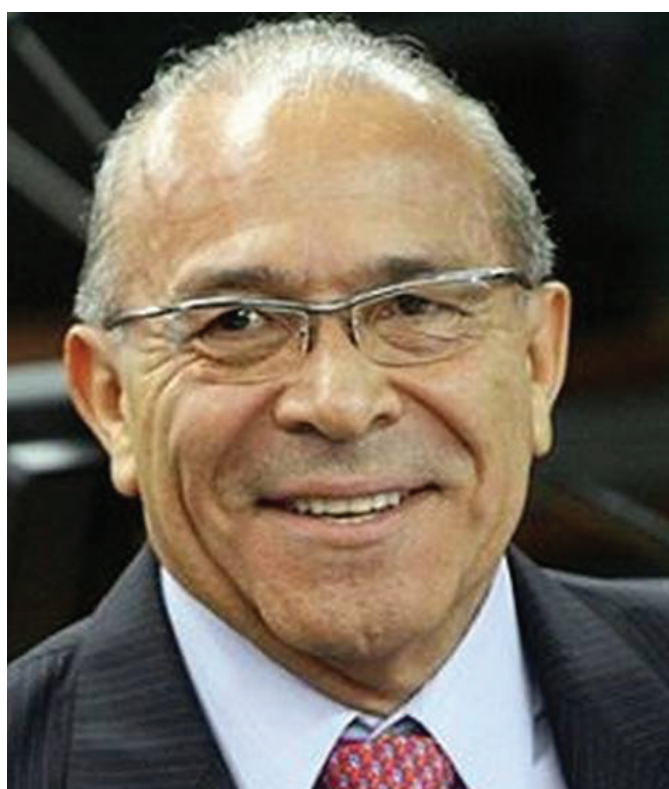
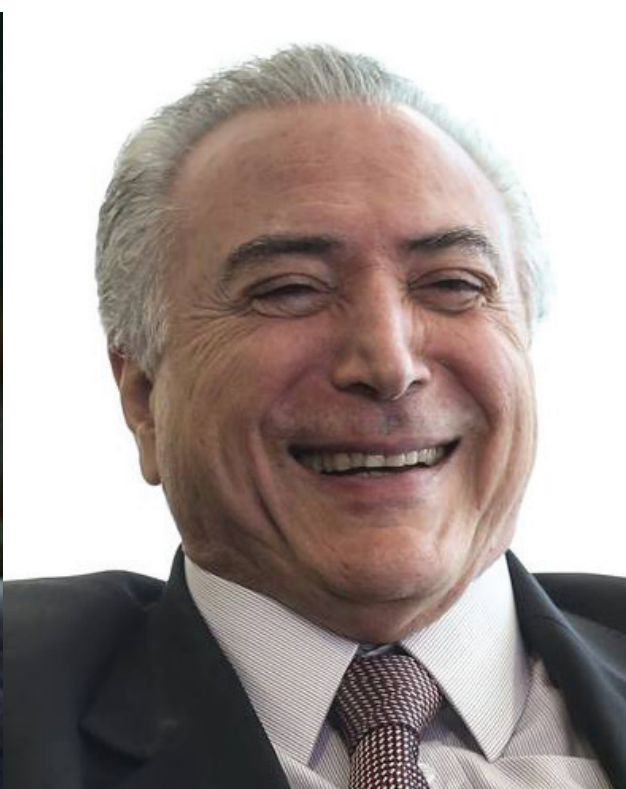
Nº 526
De 5 a 19 de outrubro de 2016
Ano 19

R$2 (11) 9.4101-1917 PSTU Nacional www.pstu.org.br @pstu Portal do PSTU

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA

ELES QUEREM QUE VOCÊ TRABALHE ATÉ MORRER

Precisamos de uma Greve Geral para derrotar a reforma da Previdência e botar pra fora Temer e todos eles!

ELISEU PADILHA

Ministro da Reforma da Previdência, se aposentou aos 53 anos com mais de R$ 19 mil

MICHEL TEMER

Se aposentou aos 55 anos e recebe mais de R$ 45 mil

GEDDEL VIEIRA

Secretário do governo, se aposentou com 51 anos com mais de R$ 20 mil

ELEIÇÕES

Rejeição aos políticos e voto castigo contra o PT

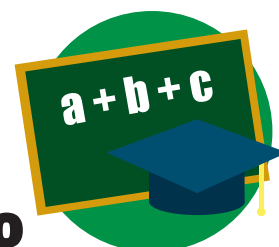
Páginas 10 e 11

29 DE SETEMBRO

Metalúrgicos cruzam os braços em todo o país

Páginas 4 e 5

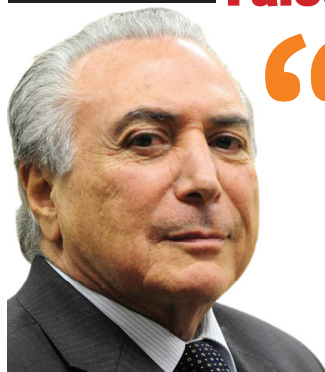
EDUCAÇÃO

Por que ser contra a reforma do Ensino Médio

Página 13

páginadois

CHARGE

JÁ COMEÇAMOS GERANDO EMPREGO, O MEU. E PARA QUE POSSAMOS GERAR AINDA MAIS, BASTA VOCÊS ESQUECEREM ESSA BOBAGEM DE DIREITOS TRABALHISTAS E ACEITAREM TRABALHAR COMO ESCRAVOS.

Falou Besteira

"Se estava programado um protesto na minha votação e eu evitei, tanto melhor para mim"

Michel Temer (PMDB), que decidiu ser o primeiro a votar em sua Zona Eleitoral para evitar protestos

CAÇA-PALAVRAS: TROPICALISTAS

Ò	Õ	Ò	R	N	B	Ó	H	W	Ê	Q	Â	U	Ç
Ç	K	Ô	G	Ç	E	Ê	Y	Ü	Ó	D	Q	V	R
H	Õ	C	A	E	T	A	N	O	Õ	G	J	D	O
T	Y	X	L	R	H	G	B	É	Z	V	X	R	Ç
Y	T	Ò	C	Â	A	G	Â	Â	B	T	P	D	V
Z	Y	Õ	O	Ò	N	O	Y	C	Ã	O	Q	G	Í
M	Ò	Í	S	W	I	M	P	R	E	M	E	S	Í
C	Ã	Ã	T	P	A	Í	Ç	É	Â	Z	R	J	A
J	À	Â	A	B	H	M	D	L	Q	E	Á	G	M
B	S	E	T	N	A	T	U	M	T	P	I	N	G
Z	P	S	À	E	Í	D	Í	C	É	S	Í	Ó	S
Ã	U	M	X	F	Z	B	Ü	Y	Â	N	Ç	B	Õ
Z	Ü	X	Q	I	F	H	Ü	M	I	Q	L	X	Ô
Ê	W	G	I	L	B	E	R	T	O	G	I	L	T
C	U	É	H	I	F	Ê	H	Ü	Ç	V	Í	Ü	R
J	R	Ò	Q	R	A	Ç	Ó	J	Â	M	À	Ê	À
X	B	Ô	F	X	É	A	H	Ô	D	Z	Z	G	Ê
B	A	A	Ó	Y	M	H	Õ	Â	F	Z	É	Q	J
Ê	U	W	A	Ú	Z	A	Í	Q	Â	Ê	L	H	Ò

RESPOSTA: Caetano, Gilberto Gil, Gal Costa, Bethania, Tom Zé, Mutantes

Aquele 1%...

A concentração de muita riqueza nas mãos de poucos está cada vez mais próxima dos índices do século 19. Dos tempos em que Friedrich Engels já havia exposto a penúria e a miséria dos operários em seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, ou, ainda, quando, junto com Karl Marx, preparavam as primeiras páginas do *Manifesto Comunista*. Naquela época, o 1% mais rico detinha metade de toda a riqueza, e os 10% mais ricos abocanhavam quase 90%, enquanto os 50% mais pobres ficavam com meros 5%. Em 1970, na Europa, os 10% mais ricos abocanhavam 60% de toda a riqueza. Em 2010, esse setor detinha 64% da riqueza. Nos Estados Unidos, os 10% mais ricos detêm, hoje, 72% de toda a riqueza. A desigualdade se amplia quando tomamos o conjunto do planeta. Segundo o Relatório da Riqueza Global, em 2010, os 50% dos mais pobres possuíam pouco menos de 2% dos ativos mundiais. Os 10% superiores possuíam 83% da riqueza mundial e o 1% mais rico abocanhava 43%. Cinco anos depois, outro relatório, de 2015, mostra que a concentração de renda mundial alcançou níveis críticos: a metade mais pobre ficou ainda mais pobre. Agora, possui menos de 1% da riqueza do planeta (estimada em US$ 250,1 trilhão), enquanto os 10% mais ricos controlam quase 90% de todo o mundo. Aquele 1% dos ricaços detém exatos 50%. A roda girou para trás. Como diziam Marx e Engels, com o capitalismo a humanidade não tem futuro.

A cara da "Justiça"

O desembargador Camilo Léllis, um dos responsáveis pela anulação das condenações dos policiais militares pelo massacre Carandiru, não passa de um lacaio dos ricos e poderosos. Com os poderosos fala fino, mas com os pobres e vulneráveis é implacável. Aliás, essa é a cara da Justiça brasileira. Este ano, Camilo mandou para a cadeia um rapaz acusado de furtar oito chocolates em Rio Claro, interior de São Paulo. A. A. M., acusado de ter cometido o crime em 21 de maio de 2013, por volta das 8h15, foi condenado por Camilo Léllis a um ano de prisão em regime inicial semiaberto, além de ter de pagar uma multa, por ter furtado as barras de chocolate da marca Lacta, avaliadas em R$ 39,92 ao total. De acordo com a denúncia do Ministério Público, após o furto, ele fugiu, de bicicleta, foi perseguido e, ao cair, admitiu a PMs que não havia pago pelo chocolate. O desembargador lambe-botas é o mesmo que condenou, sem provas, uma mulher a cinco anos de prisão por portar 1g de crack.

Desembargador responsável pela anulação das condenações dos policiais militares pelo massacre do Carandiru mandou para a cadeia jovem que havia roubado chocolates

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido, Romerito Pontes

DIAGRAMAÇÃO Romerito Pontes e Victor Bud

IMPRESSÃO Gráfica Mar Mar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista
São Paulo (SP) – CEP 01313-000

NOSSAS SEDES

NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua 13 de Maio, 75, Poço em frente ao Sesc) pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499

AMAZONAS

MANAUS - R. Manicoré, 34 - Cachoeirinha CEP 69065100

BAHIA

SALVADOR - Rua General Labatut, 98, primeiro andar. Bairro Barris pstubahia.blogspot.com

CAMAÇARI - Rua Padre Paulo Tonucci 777 -BB Lj -08 - Nova Vitória CEP 42849-999

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Rua Brasilândia, n. 581 Bairro Tiradentes (67) 3331.3075/9998.2916

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. bh@pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

CONGONHAS - Avenida Magalhães Pinto, 26A, Centro. CEP: 36415-00 e-mail: pstuinconfidentes@gmail.com

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

S. JOÃO DEL REI - Rua Dr Jorge Bolcherville, 117 A - Matosinhos. Tel (32) 88494097 pstusjdr@yahoo.com.br

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629|

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM Centro - Travessa 9 de janeiro, n. 1800, bairro Cremação (entre Av. Gentil Bittencourt e Av. Conselheiro Furtado)

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368.

PARANÁ

CURITIBA - Rua Ébano Pereira, 164, Sala 22, Edifício Santo Antônio Centro - CEP 80410-240

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9856-5034

PERNAMBUCO

RECIFE -Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 155 - Lapa. (21) 2232.9458 rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

CAMPOS - Av. 28 de Março, 612, Centro. www.camposrj.pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.

NITERÓI - Av. Amaral Peixoto, 55 Sala 1001 - Centro.

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 9.9864-7972 pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Rua Princesa Isabel, 749 Cidade Alta - Natal - RN 84 2020.1290 http://www.psturn.org.br/ pstupotiguar@gmail.com

SEDE NOVA NATAL - Av. dos Caboclinhos, 1068. Conjunto Nova Natal - Natal - RN

GABINETE VEREADORA AMANDA GURGEL - Câmara Municipal do Natal Rua Jundiaí, 546, Tirol, Natal (84) 3232.9430 / (84) 9916.3914 www.amandagurgel.com.br

MOSSORÓ - Rua Filgueira Filho, 52 Alto de São Manoel

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 Portinho, 243 (51) 3024.3486/3024.3409 pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - Av. José Loureiro Silva, 1520, Sala 313 - Centro. (51)9364.2463

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO

ZONA LESTE - Rua Henrique de Paula França, 136 - São Miguel. (11) 99150 3515. CEP 08010-080

ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893

BAURU - Rua 1º de Agosto, 4-47. Edifício Caravelas, 5º andar, Sala 503D. baurupstu@gmail.com

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Odeon, 19 – Centro (atrás do terminal Ferrazópolis) (11) 4317-4216

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (17) 9.8145.2910 pstu.sjriopreto@gmail.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845

SUZANO - Rua Manoel de Azevedo, 162 Centro. (11)9.7188-5452 / (11) 4743-1365 suzno@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Rua Propriá, 479 – Centro Tel. (79) 3251 3530 CEP: 49.010-020

Greve geral contra as reformas da Previdência e trabalhista

Paralisação nacional de metalúrgicos contra os ataques do governo no dia 29 de setembro

Temer tem apenas 14% de aprovação da população, e 74% não têm a menor confiança nele segundo pesquisa CNI/Ibope. É esse governo impopular que quer aprovar nesse Congresso corrupto uma série de ataques aos trabalhadores. Estava esperando só terminar as eleições para dar o bote.

Enquanto mentia, tentando enrolar e despistar com a conversa de que não ia ter reforma trabalhista e que a reforma da Previdência só entraria no ano que vem, por baixo dos panos mexia os pauzinhos para nos atacar.

Os banqueiros, os empresários, as multinacionais e o governo querem jogar a crise nas nossas costas. Para eles a prioridade é garantir ataques de fôlego aos nossos direitos, ao nosso nível de vida e aos nossos bolsos. Ataques que eles sabem que são altamente impopulares.

Querem aprovar na próxima semana uma Emenda Constitucional, a PEC 241, que congela o orçamento do Estado por 20 anos, forçando, assim, o corte de gastos na Saúde e na Educação para engordar o bolso dos banqueiros. Depois, vão apresentar e votar no Congresso a reforma da Previdência para impor uma idade mínima para a aposentadoria.

Ainda querem fazer a reforma trabalhista, que estão tentando aprovar por baixo dos panos, com a ajuda do Supremo Tribunal Federal (STF) em conluio com sindicatos pelegos. Governo, patrões e STF querem que passe a prevalecer o negociado sobre o legislado em termos de direitos. Ou seja, os acordos feitos entre sindicatos e patrões poderiam diminuir ou mesmo eliminar direitos que são hoje garantidos pela CLT, como férias, 13º salário etc. Todos nós sabemos a frequência com que sindicatos pelegos no país fazem acordos que retiram direitos dos trabalhadores.

O Supremo julgou uma questão sobre o pagamento das horas de trajeto ao trabalho, asseguradas hoje na CLT, e em sua decisão ignorou a existência da lei que garante o direito ao trabalhador em relação a essa questão. Fez valer um acordo assinado por um sindicato que abria mão do direito. Além disso, o STF está agindo para pressionar o Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que assuma este mesmo entendimento de que o negociado prevaleça sobre o legislado, o que até agora não ocorreu. Porém o STF pode chamar para si a decisão sobre isso e se decidir pela prevalência do negociado sobre o legislado. Isso vai criar uma nova regra que poderá ser aplicada a todos, o que significará que os direitos dos trabalhadores irão pelo ralo.

Temos de lutar contra o governo, o Congresso e o Judiciário. Se unirmos os de baixo, podemos derrotá-los.

Esse governo sabe da sua fragilidade, do seu pouco lastro social. Sabe que, mesmo a eleição de figuras do PSDB, que encarnaram um suposto não-político, foram eleitos com esperança de mudança e não de confisco das aposentadorias. Sabem, portanto, que a tarefa deles não é fácil, porque seus planos e reformas só vão distribuir sacrifícios.

Em outros momentos, eles até conseguiram dividir os de baixo, atacando forte um setor, fazendo concessões a outro. Foi assim no Plano Real, que, no início, com o fim da inflação, apareceu como um alívio para os mais pobres, enquanto FHC privatizava o país, terceirizava e atacava os setores mais organizados dos trabalhadores. Temer, no entanto, não tem nenhum alívio nenhuma para dar. É só maldades. Ele só conseguirá aplicá-las se não reagirmos unificados ou, pior, se as centrais sindicais aceitarem negociar direitos.

A classe trabalhadora tem disposição de luta e acabou de demonstrar isso com as paralisações e manifestações de setembro, inclusive com a paralisação nacional dos metalúrgicos e outros setores operários. É possível fazer uma greve geral e derrotar as reformas.

O que pode unificar toda a classe trabalhadora, a juventude e os movimentos populares são as bandeiras que foram levantados pelos metalúrgicos de todas as centrais: em defesa da aposentadoria, contra a reforma da Previdência, em defesa dos direitos trabalhistas, contra o desemprego e a terceirização, por saúde, moradia e transporte digno para todos. Há muitas diferenças políticas e de avaliações entre as diferentes centrais sindicais, mas é possível construir a unidade de ação para lutar contra esses ataques.

O governo convocou as centrais sindicais para ouvir os trabalhadores sobre a reforma da Previdência. Ora, no dia 29 os trabalhadores já falaram que não querem a reforma.

É necessário apoiar a proposta da CSP-Conlutas. É hora de articular e chamar todas as centrais, sindicatos, movimentos populares e sociais, da juventude para que construamos uma campanha comum contra as reformas e para organizar uma greve geral para derrotá-las.

Nessa mobilização, seguiremos defendendo a necessidade de botar para fora Temer e todos eles! Da mesma forma, cada organização defenderá livremente suas propostas políticas. Isto não deve nos impedir de organizar uma ampla unidade para lutar e derrotar as reformas.

RUMO À GREVE GERAL

Metalúrgicos de todo o país os ataques aos direitos

Dia nacional de paralisação mostra que é possível realizar uma greve geral e derrotar reformas de Temer

DA REDAÇÃO

Operários metalúrgicos de várias partes do país, além de outras categorias, paralisaram suas atividades e realizaram uma série de protestos no dia 29 de setembro, dia nacional de lutas contra as reformas e os ataques aos direitos. Foi um forte dia de luta, especialmente em São Paulo, São José dos Campos (SP) e no Paraná. Também houve fortes paralisações no estado de Minas Gerais, em Gravataí (RS) e nas montadoras de Goiás e Resende (RJ). Houve greve e manifestações em quase todas as grandes concentrações operárias do país, totalizando cerca de 600 mil operários que cruzaram os braços neste dia.

SÃO PAULO (SP)

Na capital paulista, houve manifestações em todas as regiões, com destaque para a Zona Sul, onde os 1.300 metalúrgicos da MWM Motores Diesel cruzaram os braços e, junto aos operários de outras fábricas da região, além de bancários e moradores do Jardim União, marcharam até a Ponte do Socorro contra as reformas e a retirada de direitos.

Na Zona Oeste, metalúrgicos de 20 fábricas pararam e realizaram um ato com mais de mil operários, que fecharam as duas faixas da Estrada Turística do Jaraguá e trancaram a Anhanguera.

Na Zona Leste, os metalúrgicos paralisaram a Lorenzetti, entre outras fábricas, e seguiram em passeata.

Passeata na Zona Sul de São Paulo

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Na região do Vale do Paraíba os metalúrgicos da GM pararam suas atividades por 24 horas, deixando de produzir 300 veículos. Também houve paralisação na Embraer, na Parker Hannifin, com a adesão de outras categorias, como químicos da Monsanto e operários da construção civil da Revap, da Petrobras. Cerca de 800 trabalhadores e outros 1,5 mil terceirizados atrasaram a entrada no primeiro turno de trabalho da Revap. Ao todo, cerca de 17 mil trabalhadores participaram da mobilização na região.

Ainda pela manhã, houve um protesto no centro da cidade que reuniu diversas categorias como petroleiros, químicos, professores, trabalhadores dos Correios e aposentados.

PARÁ

Em Belém, os operários da construção civil paralisaram suas atividades e fizeram uma passeata nas ruas da capital paraense.

PIAUÍ

Em Teresina, houve protesto no Instituto Federal do Piauí (IFPI), com uma passeata que foi até o prédio do Ministério do Trabalho. O ato contou com a adesão de estudantes do Liceu Piauiense e de servidores públicos. A manifestação reuniu cerca de 800 pessoas e terminou em frente ao prédio do INSS.

GOIÁS

Em Catalão (GO), metalúrgicos das duas montadoras da cidade, Hyundai e Mitsubishi, cruzaram os braços e fizeram manifestação.

OSASCO (SP)

Cerca de 150 operários das fábricas da região e moradores da Ocupação Esperança se unificaram numa manifestação contra a retirada de direitos.

INTERIOR DE SP

Metalúrgicos de Campinas, Limeira e da Baixada Santista também cruzaram os braços e se mobilizaram. Em Cubatão, petroleiros atrasaram a entrada na Refinaria Presidente Bernardes.

RIO GRANDE DO SUL

Houve paralisações e manifestações em diversas fábricas da Grande Porto Alegre e do interior do estado. Os metroviários também aderiram ao dia nacional de paralisações. Junto com a CSP-Conlutas, eles liberaram as catracas no início da manhã, durante duas horas, nas estações Canoas/La Salle e São Leopoldo, região metropolitana da capital gaúcha. Além das pautas gerais, eles também protestaram contra a privatização da Trensurb, empresa estatal de trens. Também aconteceu um ato organizado pela oposição do CPers-Sindicato, entidade que representa os profissionais da educação do estado.

cruzam os braços contra

CEARÁ

Os trabalhadores da construção civil de Fortaleza fizeram paralisação e realizaram uma grande passeata pelas ruas da capital cearense.

SERGIPE

Operários petroleiros, servidores públicos e estudantes ocuparam as ruas de Aracaju.

MINAS GERAIS

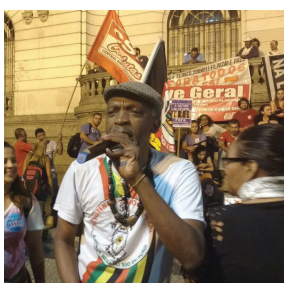
Em Betim, os trabalhadores cruzaram os braços logo pela madrugada e trancaram a BR 381. Houve paralisação de metalúrgicos em Pirapora, Itajubá e São João Del Rei.

RIO DE JANEIRO

Metalúrgicos das montadoras de Rezende cruzaram os braços e fizeram manifestação.

Em Volta Redonda, os trabalhadores bloquearam a entrada principal da CSN e paralisaram suas atividades. Os petroleiros também aderiram ao dia 29, realizando um ato em frente ao prédio do Edise e atrasando os voos no Farol de São Tomé, no Norte Fluminense.

PARANÁ

O estado contou com um forte dia de paralisação, principalmente nas fábricas de Curitiba, Grande Curitiba e São José dos Pinhais. Pararam a Renault, Volkswagen, Volvo, Audi e Bosch, entre outras.

Cinelândia, Rio de Janeiro

OPINIÃO

Zé Maria
Presidente Nacional do PSTU

Unir o conjunto dos trabalhadores numa grande greve geral

Ato em Fortaleza FOTO: Bruno Silva

Metalúrgicos de várias partes do país fizeram um dia nacional de mobilização no dia 29 de setembro. Esta data foi definida numa reunião com representantes metalúrgicos de todo o país, no início do mês, em São Paulo. Foi um forte dia de luta, especialmente em São Paulo, São José dos Campos (SP) e no Paraná. Também houve fortes paralisações em Minas Gerais, em Gravataí (RS) e nas montadoras de Goiás e de Resende (RJ). Foram cerca de 600 mil operários que cruzaram os braços neste dia.

Foi muito importante a demonstração de força dada pela categoria metalúrgica. Em todas as regiões do país, onde há concentração de trabalhadores metalúrgicos, houve greves, houve manifestações. E o recado foi claro: não vamos aceitar a reforma da Previdência, as mudanças nas leis trabalhistas, os ataques aos serviços públicos que estão sendo anunciados pelo governo Temer.

A saúde e a educação estão um caos. Como se não bastasse, Temer apresentou uma contrarreforma no ensino médio que, se for aprovada, vai acelerar a privatização, desqualificar o trabalho do professor, empobrecer o currículo acabando com disciplinas como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física.

O desemprego bate números recordes. As terceirizações vêm rebaixando salários, precarizando e adoecendo os trabalhadores.

Já nos tiraram direitos demais. Chega! Este sentimento não é só da categoria metalúrgica. É de toda a classe trabalhadora brasileira. Temer está atacando os direitos da classe trabalhadora da mesma forma que o governo anterior, de Dilma Rousseff (PT), ou seja, o passo que nós demos hoje também está a serviço de ajudar a unir o conjunto da classe trabalhadora para que a gente possa fazer uma grande greve geral no país e reunir forças. Aí sim vamos acabar e derrotar de vez estas ideias do governo Temer, dos banqueiros e dos grandes empresários.

É muito importante o passo que os metalúrgicos deram, mas é preciso seguir, é preciso ir além. Estender esta mobilização para todas as categorias. Unir o conjunto da classe trabalhadora numa grande greve geral que pare o país. Esse é o desafio. É a tarefa que está colocada para todos os sindicatos, para as federações, para as confederações, para os movimentos populares e, principalmente, para as centrais sindicais: organizar uma grande greve geral que pare o Brasil ainda no mês de outubro.

Estão de parabéns os trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos que fizeram manifestações e fizeram greves no dia 29. Parabéns também aos operários da construção civil de várias regiões, aos servidores públicos, aos petroleiros, aos movimentos populares, aos estudantes que se somaram à luta dos metalúrgicos. Aos sindicatos, às federações e confederações que organizaram o protesto, e às centrais sindicais que o apoiaram.

O PSTU continua afirmando que a solução para a crise que o nosso país vive não viria do impeachment. Trocou-se seis por meia dúzia. O que está acontecendo hoje no país só vem a demonstrar isso.

Dilma mentiu para os trabalhadores e não fez outra coisa que não fosse atacar os nossos direitos. Temer está fazendo a mesma coisa: aprofundando os ataques aos direitos da classe trabalhadora para defender os interesses dos bancos e das grandes empresas.

Nós temos de colocar para fora todos eles. Dilma já saiu, Cunha também. Agora é preciso por para fora Temer e este Congresso Nacional cheio de corruptos que aí está.

O Brasil precisa é de um governo socialista dos trabalhadores, sem patrões e que funcione por conselhos populares. Essa é a opinião do PSTU.

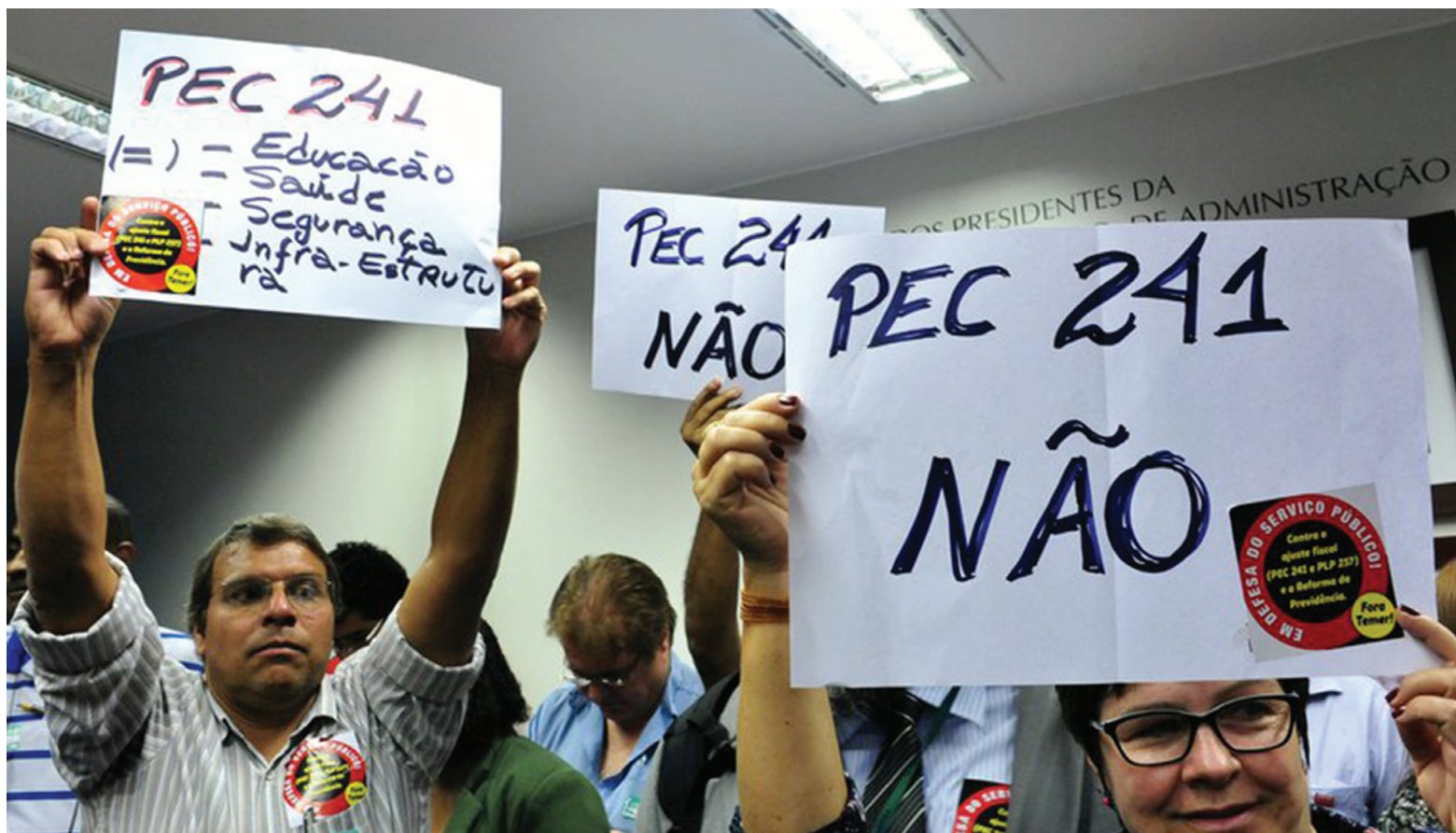
AJUSTE FISCAL

Governo prepara desmonte da saúde, da educação e dos serviços públicos

PEC 241 e PLP 257 vão retirar bilhões da Saúde e da Educação para dar a banqueiros e agiotas internacionais

DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, o governo se preparava para enviar ao Congresso Nacional duas medidas que representam um duríssimo ataque aos trabalhadores, à população e aos serviços públicos de forma geral.

Caso passem, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257 vão congelar e desvincular os gastos públicos por 20 anos, retirar direitos e arrochar os salários dos servidores e acabar com os concursos públicos. O resultado é catastrófico: menos recursos à Saúde, à Educação e às demais áreas vitais que já sofrem com o sucateamento e o abandono.

> Caso passem, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257 vão congelar e desvincular os gastos públicos por 20 anos, retirar direitos, arrochar os salários dos servidores e acabar com os concursos públicos

Parte dessas medidas vem do governo Dilma, e outra foi elaborada agora. O objetivo é um só: continuar e aprofundar o ajuste fiscal imposto por Dilma e seguido por Temer, retirando bilhões dos serviços públicos para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros.

PEC 241

A PEC do teto dos gastos

Apelidada de PEC do teto dos gastos públicos, a PEC 241 vai impor um limite nas despesas do governo. Para isso, estabelece o que vem sendo chamado de Novo Regime Fiscal, cuja duração seria de 20 anos. Ela congela o limite dos gastos do governo ao que foi gasto no ano anterior mais a inflação.

Isso significa que os gastos dos próximos 20 anos serão o mesmo de 2016. Então, vai ficar tudo na mesmo, certo? Nada disso. Se os serviços públicos já estão caóticos hoje, em meio a um brutal ajuste fiscal iniciado no governo Dilma, imagine nos próximos anos.

O aumento e o envelhecimento da população, por exemplo, demandam mais recursos para Educação e Saúde, mesmo para que nos mantenhamos no patamar deplorável que estamos hoje. Com a PEC 241 e a desvinculação desses recursos ao mínimo constitucional, esses serviços entrarão em colapso. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que, caso fosse adotada essa regra em 2003, a saúde teria perdido R$ 260 bilhões. Já a educação teria tido R$ 377 bilhões a menos.

A PEC 241 pode abrir ainda espaço para a revisão da regra atual de reajuste do salário mínimo, que já é bem ruim e garante o atual salário de fome de R$ 840 (atualmente, o mínimo é reajustado levando em consideração o crescimento do PIB de dois anos antes mais a inflação). Com isso, os benefícios da Seguridade, como aposentadorias e pensões, serão também afetados.

O governo vem afirmando que isso não representará redução do Orçamento da Saúde e da Educação, mas isso é uma enorme mentira. O projeto todo foi elaborado justamente para isso. A intenção é tornar o ajuste fiscal iniciado por Dilma permanente. Um duríssimo ataque que pretende desmantelar a pouca proteção social existente hoje no Brasil.

Sentiu falta de algo em se falando de gastos públicos? Pois é, a dívida pública, que consome hoje quase metade do Orçamento federal, não tem qualquer limitação. Na verdade, tudo isso é justamente para manter o pagamento aos banqueiros como prioridade absoluta.

REFORMAS ANTITRABALHADORES

Uma ponte para o passado

Reforma trabalhista de Temer vai acabar com direitos do trabalhador

DA REDAÇÃO

A atual crise econômica está sendo utilizada como pretexto pelas entidades patronais para impulsionar a reforma trabalhista. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), existem 55 propostas no Congresso Nacional que ameaçam direitos dos trabalhadores. Destas, 32 foram apresentadas entre 2013 e 2015. Ou seja, assim que os sinais da crise começaram.

Esta é uma agenda velha, que começou a ser introduzida no governo Fernando Henrique Cardoso. Ganhou força quando a ex-presidente Dilma Rousseff modificou as regras do (PIS) e do seguro-desemprego. Dilma fez isso para tentar se manter no cargo e provar para os patrões que ela mesma poderia fazer a reforma trabalhista.

UM ATAQUE HISTÓRICO

Caso seja implementada, a reforma trabalhista do governo Temer e dos patrões será um dos maiores ataques da história contra os direitos dos trabalhadores. Hoje, a maioria dos direitos dos trabalhadores estão inscritos na chamada Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT). A CLT regulamenta o trabalho formal, principalmente do setor privado, garantindo direitos como jornada de oito horas, 13° salário, férias, proteção no trabalho noturno etc.

O objetivo do governo é flexibilizar a CLT e ampliar as modalidades permitidas de contrato formal de trabalho. Na maioria das categorias de trabalhadores (como metalúrgicos, construção civil, comércio), o único formato possível é o que prevê jornada de trabalho garantida na CLT. Mas o governo quer outros tipos de jornada, como por horas trabalhadas ou por produtividade. Nestes casos, os contratos seriam mais precários, pois não teriam a mesma estabilidade proporcionada por um contrato de trabalho baseado na CLT. Por exemplo, no contrato por horas trabalhadas, o patrão poderá chamar o trabalhador para cumprir uma jornada de oito ou até 12 horas (o que depende da demanda do serviço). Porém, na semana seguinte, poderá dispensar o trabalhador ou obrigá-lo a trabalhar por uma jornada menor. O pagamento de FGTS, férias etc., será proporcional a essas horas trabalhadas. Aliás, o governo já admitiu que pretende elevar a jornada para 12 horas diárias. Hoje, a jornada diária é limitada a oito horas.

Segundo Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho, em relação aos novos tipos de contrato, por hora e por produtividade, *"o trabalhador vai ter um cartão com chip, onde estará a vida funcional dele, e vai escolher se será contratado por jornada ou por produtividade"*, disse. Naturalmente, essa flexibilização da jornada proposta por Temer vai abrir um enorme precedente para fraudes e formas de burlar a fiscalização do trabalho.

> Caso seja implementada, a reforma trabalhista do governo Temer e dos patrões será um dos maiores ataques da história contra os direitos dos trabalhadores

FIM DOS DIREITOS

O negociado vai prevalecer sobre a lei

A Justiça vem dando uma ajudinha ao governo Temer para avançar com sua reforma trabalhista. Nos últimos meses, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem decidindo questões polêmicas sobre conflitos trabalhistas. Por exemplo, recentemente, julgou uma questão sobre o pagamento das horas de trajeto ao trabalho (chamadas horas *in itinere*), asseguradas no artigo 58 da CLT.

No dia 13 de setembro, o STF publicou uma decisão que havia anulado uma cláusula de acordo coletivo que excluía o pagamento das horas *in itinere*. No caso, o sindicato e a empresa haviam negociado essa exclusão. Apesar de a CLT prever esse direito (o pagamento das horas *in itinere*), o STF tomou a decisão de aceitar o que foi negociado entre a empresa e o sindicato em detrimento do cumprimento da lei.

Esse exemplo abre um precedente que poderá se reproduzir país afora. Em linguagem de advogado, a decisão do STF cria uma nova jurisprudência, uma nova regra. Nela, qualquer sindicato poderá fechar um acordo coletivo com a patronal e, mesmo que exclua dele direitos fundamentais que estão assegurados na CLT, poderá ser considerado legal pela Justiça.

Por isso, alguns especialistas apostam que o governo não vai fazer nenhuma mudança constitucional ou alterar a CLT para que a negociação da jornada de 12 horas diárias possa ser realizada diretamente entre patrões e sindicatos.

MOBILIZAÇÃO

A nova escravidão do trabalhador

O governo e o Congresso também querem liberar as terceirizações no país. O Projeto de Lei nº 4330/04, que permite a terceirização de qualquer tipo de atividade econômica, foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado sob o novo número de PLC 030.

Esse projeto amplia a terceirização para todas as atividades da empresa e define que a prestação de serviços poderá ser executada por pessoas jurídicas, empresas especializadas, cooperativas, organizações não governamentais, entre outras. Hoje, os trabalhadores terceirizados enfrentam as piores condições de trabalho, além de receberem salários mais baixos. Por isso, são aqueles que adoecem mais e sofrem mais acidentes de trabalho.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Eles querem acabar com

Reforma da Previdência, em vias de ser enviada ao Congresso Nacional, vai fazer você trabalhar até morrer

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Você já deve ter visto reportagens ou análises de jornais falando sobre o rombo da Previdência pública. Essa ladainha não vem de agora. De tempos em tempos, essa história reaparece: dizem que a Previdência tem prejuízo, é insustentável, que daqui a pouco não vai haver dinheiro para pagar as aposentadorias etc.

Lembra-se de quando Lula impôs a reforma da Previdência dos servidores públicos em 2003? Foi a mesma coisa. O então governo do PT chegou a pagar uma campanha massiva na mídia para convencer a população disso.

Durante um tempo, essa história passou batida, mas, no início do ano, Dilma disse que seria sua prioridade no primeiro semestre. Não deu porque ela caiu, mas agora o projeto ressurge. São reportagens, matérias nos jornais, analistas em todos os lugares. Por quê? Em tempos de crise, os patrões e os governos atacam mais nossos direitos para manter seus lucros. Isso significa mais desemprego, salários menores e redução de direitos. E ataque à aposentadoria.

Eliseu Padilha, chefe da Casa Civil e responsável pela condução da reforma da Previdência

A reforma da Previdência que o governo Temer vai enviar ainda em outubro ao Congresso Nacional vai impor idade mínima de 65 anos, podendo chegar aos 70, acabar com a diferença entre homens e mulheres, entre outros ataques. Não é exagero dizer que a aposentadoria vai se tornar um luxo para a atual e para as futuras gerações, um benefício para poucos.

COVARDIA

Entenda como o governo quer fazer você trabalhar até morrer

Para você se aposentar, precisava ter 35 anos de contribuição. Para se aposentar por idade, precisava ter 65 anos (60 no caso das mulheres). Mesmo assim, com no mínimo 15 anos de contribuição (à exceção do agricultor familiar, pescador, indígena etc.), cuja idade mínima é cinco anos menor.

Daí veio FHC e impôs o Fator Previdenciário em 1999. Ele impos uma barreira para que o trabalhador não se aposentasse com menos de 65 anos. Nesse cálculo, entravam o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida. Se atingisse o tempo de contribuição, o trabalhador até poderia se aposentar, mas com um benefício menor.

Em junho de 2015, esse fator foi substituído pelo governo Dilma pela fórmula 85/95 progressiva, tão ruim quanto. Nessa regra, a soma do tempo de contribuição mais a idade deve dar, no mínimo 95 anos para os homens e 85 para as mulheres. Por exemplo, o trabalhador, para se aposentar, deve ter 35 anos de contribuição e 60 anos de idade. A partir de 2019, a fórmula subiria para 96/86, e assim sucessivamente a cada dois anos até chegar a 90/100 em 2027.

A REFORMA DE TEMER

O governo ainda não divulgou os detalhes da reforma. Decidiu esperar passar as eleições para não prejudicar seus candidatos. O que tem, por enquanto, são declarações de ministros e do próprio Temer que já indicam o que vem por aí.

A principal mudança vai ser a idade mínima de 65 anos. A ideia é que ela seja progressiva até chegar aos 70. Além disso, acaba a diferença entre homens e mulheres. O tempo mínimo de contribuição (quando já se tem a idade para se aposentar), por sua vez, sobe de 15 para 25 anos.

A reforma deve atingir todos os trabalhadores até 50 anos. Quem tiver mais de 50, vai poder se aposentar pelas regras atuais, mas vai ter de pagar um "pedágio" de até 50%. Por exemplo, se estiver faltando um ano para se aposentar, vai ter de trabalhar por mais seis meses e assim por diante.

Já a pensão por morte e os benefícios assistenciais, recebidos por deficientes, por exemplo, serão desvinculados do reajuste do salário mínimo.

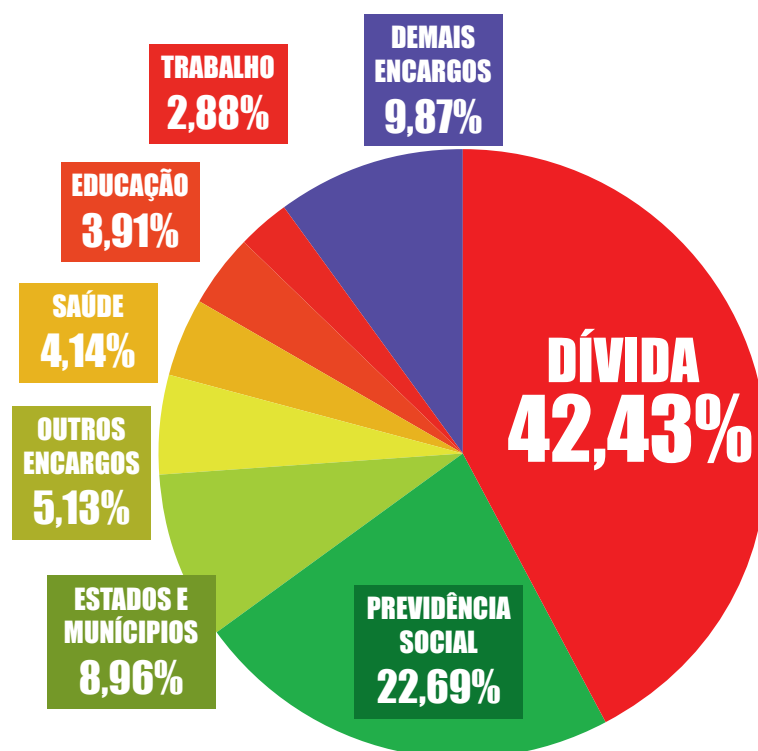
VEJA O QUE VAI MUDAR

COMO É...

- Trabalhador pode se aposentar quando o tempo de idade e contribuição somar 95 (85 no caso das mulheres). Ou ao atingir 35 anos de contribuição, com redução no benefício pelo fator previdenciário.
- Pensão e demais benefícios são vinculados ao salário mínimo.

BALELA

É mentira que a F

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
(EXECUTADO EM 2015)
TOTAL = R$2,268 Trilhões

FONTE: Auditoria Cidadã da Dívida

a sua aposentadoria

... COMO VAI FICAR

- Aposentadoria só aos 65 anos (progressiva até 70), com tempo mínimo de contribuição de 25.
- Acaba a diferença entre homens e mulheres.
- Regra de transição a quem tem mais de 50 anos: pedágio de 50%. Para receber o valor integral do benefício, deve somar 50 anos.
- Desvinculação dos benefícios assistenciais e pensão do salário mínimo.

Previdência tem prejuízo

Será que é verdade que a Previdência tem um rombo? Vejamos: o país gastou, no ano passado, cerca de 22% do Orçamento federal com Previdência segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, a partir de dados do próprio governo. Isso é o que foi gasto com os mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas que, em sua quase totalidade, ganham um salário de miséria. Já para os banqueiros, foram gastos 42% de tudo que o governo arrecadou, quase o dobro.

Mas e essa parte da Previdência tem mesmo déficit? Essa é uma grande mentira divulgada por grande parte da imprensa e pelo governo. Primeiro, é utilizado um artifício contábil para criar esse rombo. Pela Constituição de 1988, a Previdência é parte do sistema de Seguridade Social, composta também pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que financia o seguro-desemprego, entre outros.

O financiamento da Seguridade vem de vários caminhos. As contribuições dos trabalhadores e dos patrões à Previdência são só um deles. Tem ainda a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Confins), PIS/Pasep, todas essas sobre os lucros e faturamentos das empresas.

E qual a lógica disso? Segue o modelo tripartite de financiamento: trabalhadores, empresas e governo. Segundo estudo do Ipea, nos países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento do Comércio (OCDE), os governos arcam, em média, com 35% dos custos com Seguridade. No Brasil, a parcela do governo é de só 12%. E para piorar, o que eles fazem? Simplesmente separam a Previdência desse sistema como se fosse uma coisa diferente.

Ignoram o que prevê a própria Constituição para criarem artificialmente o rombo. Dizem: "vejam, aqui temos as contribuições dos patrões e dos trabalhadores, e aqui os gastos com aposentadorias, a conta não fecha". Se for considerada a Seguridade como um todo, como prevê a Constituição, não tem rombo nenhum, mas lucro. Percebeu a malandragem? (veja ao lado).

Não só tem lucro, como 20% de seu orçamento é desviado pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) para pagar a dívida. Mesmo assim, segue tendo lucro. Mesmo com todas as isenções fiscais bilionárias concedidas durante os governos Lula e Dilma.

Governo, banqueiros e empresários metem a mão no dinheiro dos aposentados e dos trabalhadores e ainda vêm falar em rombo.

LUCRO DA SEGURIDADE SOCIAL

Ano	Lucro
2008	R$63,12 BI
2010	R$53,82 BI
2012	R$82,69 BI
2013	R$76,24 BI
2014	R$53,89 BI

Levantamento: Anfip

CARAS DE PAU

Os marajás que querem roubar sua aposentadoria

Michel Temer se aposentou como procurador de São Paulo aos 55 anos e recebe hoje mais de R$ 45 mil.

O ministro que tem sido porta-voz da reforma da Previdência, Eliseu Padilha, se aposentou aos 53 anos com um salário de mais de R$ 19 mil. Isso porque teve o privilégio da aposentadoria parlamentar.

Já o secretário do governo, Geddel Vieira Lima, se aposentou com 51 anos com mais de R$ 20 mil.

GREVE GERAL

Não podemos negociar nossa aposentadoria!

Enquanto fechávamos esta edição, o governo Temer se sentava com as direções das principais centrais sindicais do país para discutir a reforma da Previdência. As centrais sindicais não podem negociar nossos direitos e nosso futuro.

As centrais e demais organizações da classe trabalhadora e os movimentos sociais devem se somar ao chamado da CSP-Conlutas para organizar uma greve geral que pare o país e derrote as reformas do governo Temer, tanto a da Previdência, quanto a trabalhista.

O funcionalismo público vem protagonizando grandes mobilizações. Os bancários, por sua vez, fazem uma grande greve contra os banqueiros. Os metalúrgicos encabeçaram um dia de paralisação em 29 de setembro, em que 600 mil operários cruzaram os braços. Isso mostra que uma greve geral não só é necessária para defender nossos direitos, como é possível.

Em direito não se mexe! Não tem arrego!

O QUE SAIU DAS URNAS?

Rejeição aos políticos e voto castigo contra o PT

DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU

A profunda insatisfação da população com os governos e com o regime político e uma ruptura dos trabalhadores com o PT se expressaram fortemente nas eleições municipais de 2 de outubro.

Encerrado o primeiro turno, os resultados demonstram uma abstenção recorde, cujos votos somados aos brancos e nulos, superam em muito as votações obtidas pelos candidatos mais votados na maioria das capitais e grandes cidades do país.

Muitos partidos diminuíram o número de votos para prefeito este ano em relação a 2012. O PT despencou: caiu de segundo mais votado para a nona colocação. Perdeu mais de 10 milhões de votos.

O PT perdeu a prefeitura de São Paulo e de outras 373 cidades que governava. Além disso, candidatos apoiados por Dilma (PT), como Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, afundaram. Mas os números demonstram que nenhum partido capitalizou eleitoralmente a maioria dessa ruptura.

As urnas também foram cruéis com Temer e PMDB, que viram Marta Suplicy, candidata à prefeitura de São Paulo, naufragar junto com Pedro Paulo, do Rio de Janeiro, candidato do atual prefeito Eduardo Paes.

O PSDB foi o partido que mais se beneficiou eleitoralmente com a ruptura de massas com o PT, com o aumento dos nulos, brancos e abstenções e mesmo com uma fatia do voto castigo contra os petistas. Ganhou um maior número de prefeituras e teve um aumento do número de votos nacionalmente, embora sofra uma importante crise interna. Esse capital será utilizado contra os trabalhadores.

As eleições municipais, ocorridas sob a mudança da situação política aberta a partir das Jornadas de Junho de 2013 e em meio a uma profunda crise econômica e política alimentada pelos escândalos de corrupção, confirmam e foram marcadas pela enorme descrença da população com os governos e os políticos. Também confirmaram a ruptura dos trabalhadores com o PT, que protagonizou o maior estelionato eleitoral da história nas eleições passadas. Esses dois fenômenos se expressaram distorcidamente nas eleições.

Em nossa opinião, ao contrário do que defendem setores da esquerda, não vivemos uma onda conservadora, mas uma profunda desilusão dos trabalhadores e do povo pobre com o regime político e um sentimento de traição em relação ao PT.

VOTOS NULOS, BRANCOS E ABSTENÇÕES

Voto em ninguém dispara e vence eleições em dez capitais

O grande vitorioso do primeiro turno das eleições municipais foi o voto em ninguém. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a soma de votos nulos, brancos e abstenções superou o primeiro ou o segundo colocado na disputa para prefeito em 22 capitais.

Somadas as abstenções, nulos e brancos superaram o primeiro colocado em dez capitais: Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Aracaju (SE) e Belém (PA).

> A mensagem "eles não nos representam", que ecoou nas Jornadas de Junho de 2013 e na onda de greves e lutas que ocorrem no país desde então, continua crescendo

No Rio de Janeiro, a capital do voto em ninguém, as abstenções somaram 24,28%. Brancos chegaram a 5,5%, e nulos, 12,76%. Tudo isso totaliza 42,54% ou 1.866.621 votos. Tal soma é superior ao total de votos obtidos pelos dois candidatos mais votados: Marcelo Crivella (PRB) e Marcelo Freixo (PSOL), que obtiveram, respectivamente, 842.201 votos (27,78%) e 553.424 votos (18,26%). Em 2012, os índices de abstenções, brancos e nulos foram, respectivamente, de 20,45%, 5% e 8%, totalizando 33,45%. Ou seja, na capital fluminense, de cada dez eleitores, quatro não votaram ou votaram nulo ou branco.

Em São Paulo, João Doria (PSDB), que se beneficiou da ampla abstenção, do número de votos nulos na periferia e de uma parcela de voto castigo ao PT, obteve 53,29% dos votos válidos. Venceu no primeiro turno, o que não ocorria desde 1992. Porém também teve menos votos que a soma de abstenções (21,84%), brancos (5,29%) e nulos (11,35%), totalizando 38,48%. O voto em ninguém representou 3.096.304 eleitores, enquanto o tucano registou 3.085.187 votos, um resultado também superior em relação a abstenções e nulos das eleições de 2012 (28,89%). Para se ter uma ideia, em Guaianazes, periferia de São Paulo, os nulos e brancos bateram 21,4%. Já nos Jardins, tradicional reduto dos ricos, foram só 6,9%.

A mensagem "eles não nos representam", que ecoou nas Jornadas de Junho de 2013 e na onda de greves e lutas que ocorrem no país desde então, continua crescendo. Fez-se presente nessas eleições, e as administrações que saem daí terão mais fragilidade política. É bom lembrar que, apesar das mentiras e falsas promessas, os prefeitos eleitos terão de aplicar um ajuste fiscal duríssimo em seus municípios, o que levará a enfrentamentos com os trabalhadores e com a juventude.

A DIREITA E AS ELEIÇÕES

Não há onda conservadora

Sem dúvida alguma, a eleição de Doria e o resultado geral do PSDB, que se beneficia de certo vácuo criado pela desigualdade entre a progressiva ruptura com o PT e a falta de alternativa operária e revolucionária, permite a esse partido uma vitória eleitoral, superestrutural e conjuntural que fortalece seu projeto. Fortalece também a base governista no Congresso e ajuda a dar moral à burguesia para desferir os ataques aos trabalhadores.

Enganam-se, contudo, aqueles que pensam que, ao se beneficiar do voto castigo ao PT e da grande abstenção e de votos nulos e brancos na periferia, o tucano recebeu um cheque em branco ou um voto de apoio ao programa neoliberal do PSDB. Basta ver os índices de reprovação do governador Geraldo Alckmin na capital.

João Doria (PSDB São Paulo) ter vencido no 1º turno e não ter ido ao segundo com Haddad (PT) é um dos argumentos dos que defendem a onda conservadora

As eleições sempre são uma expressão distorcida da luta de classes. Doria e demais prefeitos do PSDB, do DEM e de outros partidos burgueses vão aplicar o mesmo programa que levaram as massas a romperem com Dilma e o PT. Contra essas medidas, os metalúrgicos cruzaram os braços no último dia 29, mostrando que não há nenhuma apatia na classe operária (leia nas páginas 4 e 5).

Os trabalhadores não se sentem derrotados. A correlação de forças será decidida nas lutas. O resultado eleitoral tem certa semelhança com os resultados da Espanha de 2011, logo após a mobilização dos Indignados, e a derrocada do PSOE, partido semelhante ao PT. A diferença é que essas eleições são municipais, menos importantes e ocorrerem sob um governo tampão tremendamente impopular.

O mito da democracia burguesa, da mudança pelo voto, começa a ser questionado por setores de massas. São sintomas de um processo mais profundo de polarização social e política, de instabilidade, que abrem tendências à esquerda e à direita. O terreno da classe trabalhadora não são as eleições burguesas, mas a luta direta das massas.

Mais do que nunca é preciso se apoiar nesse processo e fazer avançar a organização e a unificação das lutas rumo à greve geral para derrotar as reformas de Temer e abrir caminho, botar para fora esse governo, superar de vez o PT e dar um basta nesse regime e nesse sistema.

O PREÇO DA TRAIÇÃO

Voto castigo contra o PT

A enorme derrota sofrida pelo PT nestas eleições começa pela perda de 10 milhões de votos em relação a 2012. Passa, também, pela derrota em São Paulo e pela perda de mais de 370 prefeituras no país. O resultado é produto da profunda indignação dos trabalhadores com o PT e com o ajuste fiscal do governo Dilma.

A ruptura com o PT vem desde antes. Começou com as revoltas dos operários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com as greves de 2012. Continuou com as Jornadas de Junho de 2013, totalmente fora do controle do PT e da CUT. Deu um salto com o segundo mandato, quando ela aplicou medidas de ajuste fiscal contra os trabalhadores. Finalmente, explodiu com os escândalos de corrupção envolvendo dirigentes petistas.

> É a crise de um modelo de partido que prioriza a ação institucional à mobilização dos trabalhadores, porque atua nos limites do regime democrático burguês e do sistema.

A crise do PT é a derrota de um projeto político de gerir o capitalismo com distribuição de renda em aliança com setores da burguesia, com uma política e um programa para governar com banqueiros e empreiteiras. É a crise de um modelo de partido que prioriza a ação institucional à mobilização dos trabalhadores, porque atua nos limites do regime democrático burguês e do sistema.

NÃO REPETIR OS ERROS DO PT

PSOL vai para 2º turno no Rio e em Belém

O PSOL, apesar de ter tido menos votos que em 2012, se fortalece como alternativa eleitoral ao eleger mais vereadores e com a ida de Marcelo Freixo, no Rio de Janeiro, e de Edmilson Rodrigues, em Belém, para o segundo turno.

Ao capitalizar parte do desgaste do PT, o PSOL se fortalece eleitoralmente na disputa do espaço à esquerda do PT. Esses resultados aumentam as responsabilidades do PSOL. Porém é preciso tirar lições da experiência do PT e não repetir seus erros.

Por exemplo, a ideia de "uma outra cidade é possível" só se concretizará se a Prefeitura romper com banqueiros e empreiteiras, não aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal e anular os contratos com as Organizações Sociais para garantir saúde pública.

Não adianta apresentar um programa que não rompa com as grandes empresas e com o sistema corrupto, e repetir a tragédia do PT. Sem enfrentar o grande empresariado das construtoras e da máfia dos transportes, apoiando-se na mobilização dos trabalhadores e do povo, não haverá mudanças.

Em nossa opinião, o PSOL, apresenta um programa que não enfrenta o capital, defende pequenas reformas nos limites do sistema e, por isso, tende a repetir os mesmos erros do PT.

Em São Paulo, o partido lançou Erundina como candidata, sendo que, em 2004, ela encabeçou a chapa à Prefeitura pelo PSB, tendo como vice Michel Temer (PMDB). No Rio, Freixo, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que não se pode *"demonizar a iniciativa privada"*.

A ampliação da política de alianças como se operou no primeiro turno em Belém e, agora, no segundo turno também no Rio, é um erro, porque conduz a governos de colaboração com os empresários, como ocorreu nos governos do PT. Além do acordo firmado com o PCdoB e com a Rede, antes do primeiro turno, no Rio, Freixo declarou que vai conversar com PSDB e PSD.

O PSOL nunca foi governo e, neste segundo turno no Rio de Janeiro, milhões de trabalhadoras querem votar em Freixo para derrotar eleitoralmente Marcelo Crivella (PRB).

Diante desse cenário, o PSTU Nacional e do Rio de Janeiro decidiram pelo apoio crítico à campanha de Freixo. Nos próximos dias, o PSTU Nacional e de Belém decidirão seu posicionamento quanto ao segundo turno nesta cidade.

PARTIDO

PSTU apresentou programa operário e socialista

DA REDAÇÃO

Apesar das condições adversas da falta de democracia nas eleições, o PSTU realizou uma campanha politicamente vitoriosa. O partido apresentou um programa operário e socialista para a crise, defendeu o "Fora Temer, fora todos eles" e priorizou a sua construção na classe operária. Mesmo com um número menor de votos, comparado às eleições anteriores, o PSTU saiu mais forte: mais negro, mais implantado na classe operária e nas periferias das cidades, ganhando a adesão de novos militantes, especialmente, da juventude e da classe operária.

As novas regras eleitorais, em muitos lugares, levaram a uma invisibilidade grande. O exíguo tempo no rádio e na TV, a ausência nos debates e a disputa contra o poder econômico não impediram o PSTU de lançar 318 candidatos, com destaque às candidaturas de operários (37% dos candidatos e candidatas às prefeituras), sendo o partido com maior representação dos setores oprimidos, com uma maioria de negros e negras, com quase 40% de mulheres e inúmeras candidaturas LGBTs.

As desigualdades no processo eleitoral e a campanha pelo voto útil das candidaturas melhor colocadas exerceram pressão sobre nossa votação. Mesmo assim, tivemos algumas importantes votações, especialmente em regiões operárias, como em São José dos Campos (SP), onde o companheiro Toninho recebeu 4.384 (1,24%); em Aracaju (SE), onde a companheira Vera, mulher, negra e operária, teve 1,66%; em Mariana (MG), onde o candidato Valério, operário da mineração, teve 1,36%; em São João del Rei (MG), onde Jordano Metalúrgico teve 1,96%; em Nova Friburgo (RJ), onde o candidato Hugo recebeu 1.101 votos (1,07%). Também foram significativas as votações em Macapá (AP), que já foi governada pelo PSOL, onde o companheiro Genival Cruz obteve 5,27% dos votos, e em Itabuna (BA), onde tivemos 2,97%.

Nas fábricas, nas escolas, nas ocupações e nas ruas, confirmou-se o espaço para o programa de apoio e unificação das lutas rumo à greve geral. Imprimimos na campanha a proposta dos Conselhos Populares. Também enfrentamos o machismo, o racismo e a lgbtfobia.

Participamos das eleições para apresentar um programa revolucionário e socialista. Fizemos uma campanha a serviço dos trabalhadores com o objetivo de construir um partido que sirva de ferramenta para lutar pela revolução socialista. Assim, nosso critério não é obter o maior número de votos e eleger vereadores a qualquer custo. Queremos o maior número de votos possível, mas para o nosso programa.

Na sociedade de classes em que vivemos, a única possibilidade de mudança, de autodeterminação da ordem política, econômica e social será pela ação coletiva da classe trabalhadora. Só a organização e a mobilização dos trabalhadores poderão garantir seus direitos e uma sociedade para a maioria da população.

O QUE ESTÁ EM JOGO

Por que ser contra a reforma do ensino médio

Em 22 de setembro, o presidente Michel Temer instituiu a Medida Provisória 746/2016. Privatização do ensino médio, desqualificação do trabalho do professor, empobrecimento curricular, fomento do ensino à distância, exploração do trabalho de estudantes: são algumas das consequências da MP conforme os principais pontos. Confira o que o governo Temer quer fazer com a educação.

TAMARA CARDOSO ANDRÉ, DE FOZ DO IGUAÇU (PR)

Currículo e Carga horária

Parte da carga horária deverá ser ocupada com os conteúdos previstos em documento ainda não aprovado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), composta por Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento do Mundo Físico e Natural e da Realidade Social e Política.

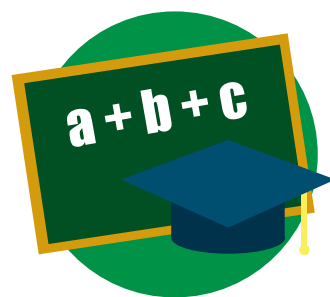
Português e Matemática deverão ser ministradas nos três anos do ensino médio. Inglês será disciplina obrigatória desde o ensino fundamental. A carga horária destinada à BNCC não poderá ser superior a 1.200 horas. O restante das 3.000 horas de ensino será de livre escolha do aluno, podendo ter ênfase nas seguintes áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional.

Portanto, as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes, Língua Espanhola e Educação Física deixam de ser obrigatórias. A disciplina de História sofre redução, tornando-se mero conhecimento do mundo social e político, especialmente do Brasil.

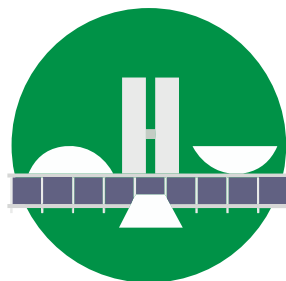
As classes mais abastadas poderão desfrutar do acesso aos conhecimentos científicos em tempo integral. Em tese, os alunos poderão optar por uma das áreas dentre Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Formação Técnica e Profissional. Na prática, força-se um ensino meramente técnico e sem conteúdos científicos e filosóficos para os que precisam trabalhar desde cedo e não podem permanecer na escola em tempo integral.

Avaliação nacional e ingresso no ensino superior

A MP prevê que os cursos superiores façam seus processos seletivos apenas usando os conteúdos da BNCC. Isso, provavelmente, vai induzir o processo de seleção unificada por meio da utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Assim, ao induzir ao uso do Enem como único meio de ingresso na universidade, a MP abre precedente para a substituição da escola pelo exame do ensino médio e certificação de cursos e trabalhos realizados fora do âmbito escolar. A MP também estabelece que os conteúdos cursados no ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior. Tal medida beneficiará a indústria privada da educação, que poderá ofertar combos, incluindo ensino médio e curso superior, até mesmo usando o trabalho voluntário dos próprios alunos em suas empresas e computá-los como hora de estudo.

Formação inicial de professores

A MP altera o artigo 61 da LDB ao estabelecer que poderão atuar como professores da educação escolar básica profissionais com notório saber.

Provavelmente, serão os trabalhadores que perderão o acesso a professores qualificados em licenciaturas. Isso porque é mais provável que ocorra no ensino técnico a contratação de profissionais pela experiência profissional do que nas escolas particulares, onde estudam as classes mais abastadas.

Prazo para a adoção das medidas previstas na MP

Embora a MP garanta um prazo para que as medidas sejam adotadas, corre-se o risco de que haja uma adesão rápida das escolas e secretarias estaduais de educação. Isso porque o artigo sexto garante repasse de recursos às escolas dos estados e Distrito Federal que ofertem ensino médio em tempo integral e atendam aos dispositivos previstos na MP.

As transferências serão realizadas de acordo com o número de alunos, pois o repasse de verbas é feito de modo *per capita*, ou seja, para cada aluno matriculado. Tal dispositivo poderá induzir governadores e secretários de educação a imporem a adequação das escolas dos sistemas estaduais aos programas e a matricularem mais alunos por turma, criando classes superlotadas para garantir mais repasse de verbas.

O que a gente precisa fazer

Trabalhadores da educação precisam aderir à greve geral contra a retirada de direitos e pela derrubada imediata da MP 476 e lutar por medidas que garantam educação pública, gratuita e universal para todos:

- sistema de ensino composto apenas por escola estatal, abolindo a mercantilização da educação;
- escola obrigatória desde a educação infantil até o ensino médio, presencial, gratuita e estatal;
- obrigatoriedade do ensino de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes, Sociologia, Filosofia, Física, Química, Biologia, Inglês, Espanhol e Educação Física;
- contratação de professores por concurso público com exigência de licenciatura;
- efetivação dos professores de contrato temporário e abolição do contrato temporário na Educação;
- administração das escolas por conselhos populares locais;
- definição de conteúdos curriculares de cada disciplina por meio de consulta a conselhos populares.

LEIA MAIS

Reforma do Ensino Médio: A necessidade de luta contra a extinção da escola estatal

https://goo.gl/AQvdhZ

MORRE SHIMON PERES

O homem da “paz dos cemitérios”

SORAYA MISLEH
DE SÃO PAULO (SP)

As declarações de líderes internacionais sobre a morte do israelense Shimon Peres, no dia 27 de setembro, aos 93 anos, demonstram a paz colonial que defendem para a Palestina. Peres não foi um homem da paz. Usava essa retórica a serviço do projeto sionista – no qual teve papel decisivo. Projeto de expulsão da população nativa palestina para a constituição de Israel como um Estado judeu.

Nascido na Polônia em 1923 e tendo imigrado para a Palestina em 1930, ele pertencia à ala dos chamados sionistas trabalhistas – que não se diferenciavam dos revisionistas em suas ações e propósitos, mas procuravam se distinguir desses últimos no anúncio claro de suas pretensões coloniais. Uma escola que Peres ajudou a criar e foi fiel por toda a vida. Era discípulo do fundador de Israel, David Ben-Gurion. Dizia-se “ben-gurionista”.

Junto com sua liderança máxima, Peres foi um dos arquitetos da limpeza étnica que culminou na nakba (a catástrofe palestina), há pouco mais de 68 anos, e compôs a principal milícia paramilitar, a Haganá, responsável por atrocidades incontáveis nas aldeias palestinas. Defendia que essas forças confirmavam a pureza das armas. Mesmo ao fim de sua vida, numa declaração em 2013, reviveu o velho e hoje desacreditado mito de uma terra sem povo para um povo sem terra, ou seja, uma representação de que os palestinos eram um não povo. Uma desumanização lógica para quem tem em seu currículo uma extensa participação em massacres.

Nessa lista, está a ordem dada ao massacre em Qana, no Líbano, em 1996, que resultou no assassinato de 154 pessoas, sob o argumento recorrente e mentiroso de defesa de Israel, muito utilizado em períodos pré-eleitorais como o que Peres enfrentava naquele momento. Defensor da política de assentamentos israelenses desde o início e do cerco assassino a Gaza, foi durante seu governo que ocorreram as ofensivas genocidas à estreita faixa em 2008-2009 e 2012. Durante a última, em 2014, deixou a Presidência, não sem antes autorizá-la. Tem, ainda, em seu histórico a arquitetura do programa nuclear israelense, a ordem de sequestro do químico Mordechai Vanunu, que denunciou tal programa ao mundo, e a colaboração com o *apartheid* na África do Sul, ao qual chegou a oferecer ajuda nuclear em 1975.

Shimon Peres, líder trabalhista de Israel

Nestas quase sete décadas, foi primeiro-ministro de Israel duas vezes, presidente de 2007 a 2014, ocupou 12 gabinetes e teve passagem pelos ministérios da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças. Laureado com o prêmio Nobel da Paz em 1994, junto com Yitzhak Rabin e Yasser Arafat por seu papel fundamental na consolidação dos malfadados Acordos de Oslo, em setembro de 1993 – uma segunda nakba para os palestinos, como se comprovou ao longo da história –, tem nesse um de seus grandes feitos.

SAIBA MAIS

O que foram os acordos de Oslo

Denunciados desde o início pelo intelectual palestino Edward Said como atestado de rendição da liderança palestina, os denominados acordos de paz eram chamados por ele de Tratado de Versalhes da causa palestina. Said teve o mérito de perceber, ainda em 1993, as reais intenções de Oslo: enfraquecer a resistência e os movimentos de solidariedade ao povo palestino em todo o mundo, assegurando, a partir da criação da Autoridade Palestina (AP), a formação de uma nova classe capitalista subordinada ao projeto sionista.

Oslo foi absolutamente bem sucedido em seu propósito mascarado sob o manto da paz e da coexistência. Firmando o reconhecimento mútuo entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel, os acordos basearam-se na desde sempre injusta proposta de dois estados – ou seja, de uma Palestina em apenas 22% do seu território histórico. A ideia difundida ao mundo era de que o controle desse pedaço passaria às mãos dos palestinos gradativamente. Inicialmente, a Cisjordânia se manteria dividida nas seguintes áreas: a) 18% sob administração da AP; b) 22% mista, entre Israel e AP; c) 60% sob controle militar exclusivo israelense. Logo após a assinatura, Israel ampliou a construção de assentamentos e aparatos, como estradas exclusivas para colonos, que impediram qualquer autonomia por parte da liderança palestina. Um ano depois, como complemento, foram firmados os Protocolos de Paris, que selaram a consequente cooperação de segurança da AP com Israel – em outras palavras, a Autoridade Palestina passou a gerenciar a ocupação, reprimindo a resistência palestina.

A questão econômica é decisiva nesse processo: qualquer fundo, importação ou exportação por parte da AP, desde então, estão sujeitos a repasse israelense, o que assegurou o controle sobre a circulação em terra, mar e sobre as fronteiras. Fruto desse processo, uma nova burguesia surgiu na Palestina ocupada, ligada ao projeto sionista.

A realidade dos acordos de Oslo demonstra que tipo de paz Shimon Peres defendia e pretendia. Uma pacificação com dependência econômica integral da AP e normalização de relações em meio ao *apartheid* e ocupação. Contra essa paz, a palestina resiste. Diferentemente do servilismo do presidente da AP, Mahmoud Abbas, que pediu autorização a Israel para ir ao funeral de seu antes algoz e protagonizou a deprimente imagem de sua tristeza seguida do aperto de mãos ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, não temos nenhuma lágrima a derramar. Sem o devido julgamento por seus crimes contra a humanidade em vida, a Peres, resta o cemitério da história dos assassinos e colonizadores.

PODE ISSO, ARNALDO?

PCdoB apoiará PSDB no segundo turno em São Bernardo

Em São Bernardo do Campo (SP), berço do movimento metalúrgico brasileiro, o PCdoB dá aula de vale-tudo eleitoral. Na cidade, o segundo turno será disputado entre Alex Manente (PPS) e Orlando Morando (PSDB). O PCdoB, que no primeiro turno apoiu Tarcisio Secoli (PT), anunciou que apoiará o candidato tucano nesta segunda etapa.

Num vídeo que circulou na internet, Orlando Silva (PCdoB, ex-deputado e ex-ministro de Dilma) justifica a posição de seu partido: *"O PCdoB valoriza muito o voto (...) Somos o partido mais antigo do Brasil e demos muito da nossa história para defender a democracia. E democracia significa, sobretudo, o direito à participação"*.

Orlando Silva, do PCdoB, ex-deputado e ex-ministro de Dilma

O ex-deputado também disse que o tucano os procurou na sede do PCdoB e abriu espaço para uma discussão programática. *"Naquele momento, achamos que não era adequado. Agora, depois de domingo, nos procurou para tratar a eleição, e consideramos que ele tem capacidade e liderança para conduzir a cidade"*, disse Orlando em coletiva em 4 de outubro.

ME CONTEMPLA

"Solta a alça!"

É raro nas eleições que uma emissora convide todos os candidatos para um debate. Mas isso aconteceu este ano em Teresina, no Piauí.

Durante esses debates, mais de uma vez, Lourdes Melo (PCO) insistia em acusar o PSTU de compactuar com o suposto golpe, criticando a política do "Fora Todos".

Num primeiro debate, graças às acusações, nossa candidata Luciane Santos (PSTU) ganhou direito de resposta e rebateu dizendo que o tal golpe, na verdade, era contra a classe tralhadora. Luciane denunciou todos os ataques promovidos pelo PT e continuados pelo governo Temer.

Num segundo debate, a candidata do PCO voltou a insistir nas acusações. Luciane, desta vez de forma mais categórica, respondeu: *"Eu queria fazer um chamado à companheira Lourdes a soltar a alça do caixão do PT. Deixe que a Kátia Abreu carregue, junto com Renan Calheiros, junto com a corja de corruptos que o PT ressucitou quando estava no poder"*.

Luciane Santos, candidata à prefeitura de Teresina pelo PSTU

O vídeo da resposta, que no dia seguinte já estava na internet, fez sucesso. Não era para menos. Um verdadeiro tapa na cara dos defensores do PT.

INTERNACIONAL

Fora Temer do Brasil e da Argentina!

No dia 3 de outubro, o presidente Michel Temer fez sua primeira viagem oficial ao exterior desde o impeachment de Dilma Rousseff. O destino escolhido foi a Argentina, governada por Mauricio Macri, do partido Proposta Republicana.

Segundo Temer, o destino foi escolhido porque a Argentina é um importante parceiro econômico do Brasil do Mercosul.

O que Temer não esperava era a recepção que teve. Houve manifestação e panelaço em frente à residência oficial de Quinta de Olivos, onde Temer se reunia com Macri. Defensores do PT também manifestaram. Um grupo chegou a espalhar ratos de brinquedo na calçada junto com uma faixa que dizia *"Fuera Temer golpista"*.

O PSTU Argentino, seção da LIT naquele país, também organizou atos contra a visita do presidente brasileiro. Na capital argentina, houve piquetes. Os manifestantes seguravam cartazes com os dizeres *"Fuera Temer! Fuera todos los que nos ajustan!"*, em referência aos planos econômicos aplicados nos dois países.

Assim como Temer no Brasil, o governo Macri também tem atacado brutalmente os direitos, jogando a conta da crise nas costas da classe trabalhadora e aumentando a submissão do país às multinacionais e bancos.

Em nota, o PSTU argentino destacou a importância da cosntrução do dia 29 no Brasil. *"É claro que as reformas e planos de ajuste que impulsionam Macri e Temer são muito semelhantes, e só se juntam para promover a entrega de nossos recursos ao imperialismo no nosso continente"*.

FOTOGRAFIA

Panfletagem em frente a uma fábrica têxtil de Natal (RN). Foto registrada por Érica Galvão

CAMPANHA EXEMPLAR

Em Macapá, PSTU tem votação expressiva

Em Macapá (AP), o PSTU fechou as eleições municipais em quinto lugar. Nosso candidato, Genival Cruz, recebeu 11.242 votos (5,27%).

Isso foi suficiente para que Genival ficasse à frente de Ruy Smith (PSB), e Dora Nascimento (PT). Detalhe: Dora foi governadora do estado, e Ruy deputado estadual duas vezes.

Em entrevista, Genival comentou: *"uma campanha com oito pessoas trabalhando causar um estrago no PSB e PT não é fácil"*. Para ele, *"nosso programa para os trabalhadores está entrando na cabeça das pessoas. (...) Elas entenderam nosso recado. Não é fácil fazer uma campanha como a nossa, sem financiamento de ninguém, somente com a cara e a coragem"*.

JORNADAS DE OUTUBRO

PSTU

Formação Marxista Básica Para Revolucionários

Venha participar da formação política do PSTU

Por que a desigualdade social no Brasil e no mundo vem aumentando no momento em que que se produz tanta riqueza em toda a história da humanidade?

É possível reformar o capitalismo e diminuir a exploração e a desigualdade social, o machismo, o racismo e o preconceito aos LGBTs?

A destruição do meio ambiente e o elevado consumo dos recursos naturais, ao ritmo que presenciamos, é realmente necessária para a sobrevivência da humanidade? Para onde o capitalismo está conduzindo a humanidade?

O socialismo morreu, como dizem os patrões e a grande mídia? Por que o PT traiu a confiança da classe trabalhadora, atacou os trabalhadores e se degenerou na corrupção? Realmente é necessário construir um partido revolucionário?

Estes e outros temas serão discutidos nas Jornadas de Outubro. Durante este mês, os núcleos do PSTU iniciam uma jornada de formação e você está convidado a participar.

POR QUE FAZER UMA JORNADA DE FORMAÇÃO?

A vida da classe trabalhadora é uma luta diária pela sobrevivência. Todo mundo que acorda de manhã para trabalhar, anda em trens e ônibus superlotados, sabe que há uma total falta de tempo para refletir e pensar sobre as razões desta realidade. Porém é necessário, de vez em quando, parar a bola e pensar se existe uma alternativa ao sistema de exploração ao qual estamos submetidos.

Passadas as eleições, Temer quer impor uma reforma trabalhista que vai nos fazer trabalhar 12 horas diárias. Temer quer aumentar a idade para a aposentadoria. Como se não bastasse, o desemprego no país explodiu e soma mais 12 milhões de desempregados.

Entra e sai governo, e a vida dos trabalhadores fica cada vez pior. Por isso, muitos se perguntam: qual o sentido de nossa luta?

Este é o objetivo da nossa jornada de formação, conhecer melhor a nossa realidade, discutindo e debatendo o sentido de nossa luta.

Você que esteve conosco nesta campanha venha participar das Jornadas de Outubro. Venha conhecer o PSTU.

Fale com a companheira ou companheiro que lhe entregou este jornal.

Participe!

VENHA QUE O PARTIDO É SEU!

 www.pstu.org.br

 PSTU Nacional

 (11) 9.4101-1917